
Pela defesa da floresta contra incêndios rurais

PLANO NACIONAL DE SENSIBILIZAÇÃO DFCI | 2019

Desenvolvido por:

Divisão de Proteção Florestal e Valorização de Áreas Públicas | DPFVAP
Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal | DGAPPF

Índice

1. Enquadramento.....	pág. 4
2. Objetivos	pág. 6
3. Públicos-alvo.....	pág. 8
4. Slogan.....	pág. 12
5. Produtos.....	pág. 14
6. Ações	pág. 19
7. Orçamento	pág. 26

ENQUADRAMENTO

1. Enquadramento

A floresta é um dos principais recursos naturais renováveis do nosso país. Quando gerida e explorada de forma sustentável, assegura múltiplas funções e utilizações, produzindo bens e serviços de inestimável valor para a sociedade.

Os espaços florestais ocupam cerca de 67 % do território nacional constituindo um importante suporte para a proteção do solo, da água e dos habitats essenciais à conservação de uma das mais elevadas taxas de biodiversidade da Europa e da estrutura biofísica de grande parte das nossas áreas protegidas. Valorizam a paisagem proporcionando os melhores locais de recreio e lazer e um espaço de descoberta, aventura e aprendizagem. Possuem um elevado potencial educativo e de oferta de atividades ao ar livre, mais significativo quando localizados próximos de grandes aglomerados urbanos ou do litoral, onde vive a maior parte da nossa população.

Portugal tem uma das mais elevadas taxas de florestação da União Europeia, sendo o sector florestal um dos mais dinâmicos e competitivos da nossa economia representando cerca de 1,2 % do PIB e de 10 % das exportações, assegurando em média cerca de 92.000 postos de trabalho diretos.

O ano de 2017 registou a maior área ardida de que há memória em Portugal Continental, percorrendo maioritariamente a região Centro e Norte do país, num total de cerca de 500 mil hectares. O elevado número de perdas humanas e de animais, a destruição total ou parcial de edificações habitacionais, empresariais e industriais e de infraestruturas de comunicação e de abastecimento, tiveram graves consequências socioeconómicas. Estas fizeram-se sentir com grande proximidade junto de toda a população rural e urbana, despoletando o aumento da perceção do risco face aos incêndios rurais por parte de toda a comunidade.

As condições meteorológicas que caracterizaram o ano de 2017 como um ano particularmente quente e seco, bem como os fenómenos atmosféricos específicos associados ao incêndio de Pedrógão-Góis e aos incêndios do dia 15 de Outubro, potenciaram este cenário.

Perante todo este panorama, e na medida em que não podemos interferir nas

condições atmosféricas, torna-se premente dar continuidade ao desenvolvimento das ações de sensibilização e informação direcionadas para a: gestão das propriedades; diminuição das atitudes e dos comportamentos negligentes na relação dos cidadãos com a floresta; diminuição do número de ocorrência de incêndios rurais; introdução de uma cultura de autoproteção.

Como consequência dos acontecimentos de 2017, foi criada a **AGIF**, Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, responsável por implementar e o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR). Este processo visa promover, entre outras ações, uma **campanha de sensibilização** articulada entre as diversas entidades que compõem o SGIFR, nomeadamente, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Guarda Nacional Republicana.

OBJETIVOS

2. Objetivos

Considerando que a defesa, conservação e valorização dos espaços florestais e das Áreas Protegidas é um imperativo nacional, tem este documento como principal objetivo aproximar os cidadãos e a sociedade da floresta, aumentando o conhecimento sobre os mecanismos do seu funcionamento e as suas fragilidades e incrementando a participação e envolvimento na sua gestão, manutenção e proteção. A consciencialização sobre o perigo que representa o uso do fogo em espaços florestais e agrícolas é fundamental para a alteração de atitudes e de comportamentos de risco, de forma a diminuir o número de ignições e aumentar a resistência do território à passagem do fogo.

De acordo com as estatísticas nacionais da causalidade dos incêndios rurais dos últimos 10 anos, cerca de **98%** têm origem humana. Neste sentido, a mensagem fulcral a adotar deverá ser a da responsabilização individual, centrada na mudança de atitudes e na redução de comportamentos negligentes e de risco.

Os objetivos operacionais a estabelecer são:

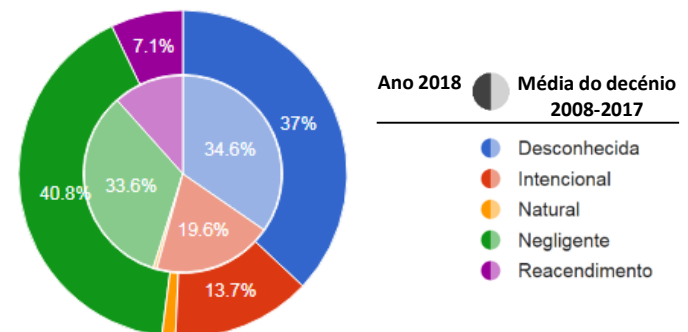
- Estabelecer pontos de contacto entre as Populações Rurais e as instituições públicas;
- Sensibilizar a população para a participação ativa na gestão, defesa e conservação da floresta e Áreas Protegidas;
- Diminuir o número de incêndios pela redução dos comportamentos de risco e divulgação das regras a cumprir no uso do fogo;
- Aumentar a resiliência do território à passagem do fogo e redução das áreas ardidas pela melhoria da gestão dos espaços florestais, gestão de combustíveis à volta dos aglomerados populacionais e dos edifícios;
- Sensibilizar a população local e visitantes do espaço rural para o modo de atuação em caso de incêndio florestal;
- Sensibilizar os pastores para o licenciamento das queimadas de renovação das pastagens e para que estas sejam efetuadas com acompanhamento ou por equipas credenciadas no uso do fogo controlado;
- Sensibilizar os operadores florestais e agrícolas, bem como todos os que trabalham nas matas e respetivas envolventes para o cumprimento das

obrigações legais na utilização de maquinaria e equipamento e das restrições nas áreas condicionadas;

- Estabelecer procedimentos operacionais para a diminuição dos reacendimentos;
- Sensibilizar a população para o valor ambiental, social e económico da floresta e Áreas Protegidas.

Para a prossecução e o êxito no cumprimento destes objetivos, na realização destas ações de divulgação e sensibilização deverá ser assegurada a estreita articulação entre o ICNF, I.P., a GNR e câmaras municipais. Sempre que possível deverão ser envolvidas com outras entidades públicas e privadas com intervenção no território e proximidade às populações, designadamente, associações de bombeiros, organizações de produtores florestais e de gestão de baldios, associações de desenvolvimento local, culturais, recreativas, desportivas, de caçadores e pescadores, estabelecimentos de ensino, agrupamentos de escuteiros, Igreja etc. É igualmente importante a participação de figuras públicas e de referência para as populações tais como artistas, desportistas, personalidades com relevância na vida regional e local, autarcas, párocos, dirigentes associativos, etc.

A atuação desta campanha será de nível nacional devendo as ações e os seus conteúdos estar em consonância com a distribuição geográfica das causas dos incêndios e a identificação de grupos específicos de risco, definindo áreas prioritárias de intervenção e adaptando-as às diferentes realidades regionais e municipais.



PÚBLICOS-ALVO

3. Públicos-alvo

De modo a aumentar a eficácia da mensagem e a maximizar o cumprimento dos objetivos da campanha, os públicos-alvo serão segmentados em oito grupos, pretendendo-se a uns mobilizar para a defesa do espaço rural e a outros, porque vivem ou trabalham próximo delas, pretende-se alertar e educar para as causas dos incêndios e de outras perturbações que nelas ocorrem. A todos eles pretende-se transmitir os procedimentos a adotar em caso de incêndio florestal.

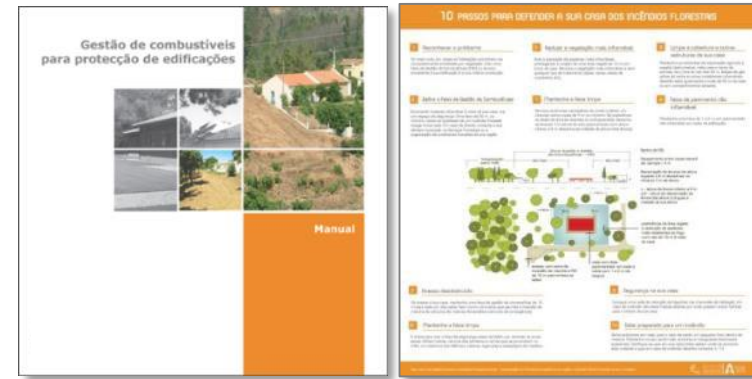
População rural

Trata-se de residentes do espaço rural onde, na sua maioria, nele trabalham ou desenvolvem atividades diversas. Este é o público que está em contacto mais direto com os ecossistemas florestais e têm capacidade de intervir na sua gestão, proteção e valorização.

Representa um potencial veículo para a ocorrência de incêndios por adoção de comportamentos de risco. Muitos dos incêndios têm origem nas áreas de interface entre as aldeias e habitações dispersas e os espaços florestais, bem como ao longo das estradas e das vias de circulação que os atravessam. A frequência com que a população rural é afetada pelos incêndios, com a destruição de casas e bens e, por vezes, com perda de vidas humanas, é preocupante. Por isso, este grupo-alvo é um dos mais importantes, sendo necessário desenvolver ações específicas que possam corrigir as atitudes e os comportamentos negligentes e informar das respetivas disposições legais.

A comunicação dirigida a este grupo deve focar as boas práticas nas atividades agro-silvo-pastoris, o cumprimento das regras de uso do fogo e a alteração de atitudes e comportamentos de risco, a gestão dos combustíveis em torno dos aglomerados populacionais e das habitações e a adoção de medidas de autoproteção em caso de aproximação de incêndios de grande dimensão.

Deverá ser igualmente sensibilizado para uma participação mais ativa na sua vigilância, defesa e conservação.



Agricultores, proprietários e produtores florestais e prestadores de serviços

Muitos dos incêndios rurais têm origem em atividades agrícolas e florestais, em especial a queima de resíduos amontoados de exploração, a utilização de fumigadores na apicultura e na utilização de máquinas e equipamentos. Este grupo-alvo é, assim, um dos mais importantes, sendo necessário desenvolver ações específicas para alertar para os comportamentos de risco como o uso do fogo no campo ou de máquinas e alfaías agrícolas e florestais, especialmente nos dias de maior risco.

A comunicação dirigida a este grupo deve focar os aspetos produtivos e económicos da floresta e o valor ambiental das áreas em que residem e atuam e contemplar ainda uma forte divulgação de medidas preventivas e de boas práticas no trabalho agrícola e florestal, do uso de equipamentos e dispositivos de segurança e das restrições legais dentro e fora do período crítico.

Por ocuparem permanentemente os espaços agrícolas e florestais poderão ser um veículo privilegiado no apoio à deteção precoce de incêndios.

Como, apesar das sucessivas campanhas de sensibilização, as ocorrências relacionadas com a **utilização de máquinas e equipamentos agrícolas e florestais** tem vindo a aumentar, consideramos também que a abordagem deste assunto seja tomada como uma das prioridades na comunicação dirigida a este grupo-alvo.

Pastores

A realização de queimadas para renovação de pastagens é a principal causa dos incêndios rurais provocados por pastores. Para este grupo-alvo, com características sociais e culturais particulares, deve ser concebida uma forma de comunicação muito específica, com uma abordagem essencialmente personalizada. A comunicação deve incidir no cumprimento das restrições legais para a prática de queimadas e na divulgação dos apoios existentes para a sua realização, nomeadamente de técnicos credenciados em fogo controlado e de equipas de bombeiros e de sapadores florestais. É muito importante sensibilizar este grupo-alvo para que haja um planeamento das áreas de pastagem a renovar e incutir a consciência de que as queimadas devem ser efetuadas por equipas credenciadas para uso de fogo controlado.



Emigrantes

Grupo-alvo que, no período do verão, regressa à sua terra natal durante um mês ou por períodos mais curtos. As suas casas estão fechadas durante quase todo o ano e os seus terrenos não são limpos ou cultivados. Por isso, nas férias, têm que fazer um trabalho completo de limpeza e manutenção dos espaço envolvente à casa, utilizando muitas vezes o fogo na forma de queimas de amontoados, para eliminar desperdícios agrícolas, florestais e resíduos domésticos.

As ações dirigidas a este grupo-alvo poderão ter os mesmos objetivos e conteúdos que as dirigidas à população rural, mas deverão decorrer, sobretudo, durante o Verão ou outros períodos de férias.

Caçadores e pescadores de águas interiores

Grupo-alvo residente quer em áreas urbanas, quer rurais, que desenvolve as suas atividades no campo podendo causar incêndios por fumar ou utilizar o fogo para aquecimento e na confeção de alimentos. A utilização do fogo como ferramenta de gestão dos espaços cinegéticos, especialmente no controlo do mato e renovação de áreas de pastagem e questões relacionadas com conflitos de direitos e territórios de caça, estão na origem de algumas ocorrências.

As ações dirigidas a este grupo-alvo devem alertar para os sérios danos dos incêndios rurais no ambiente e na vida selvagem, em geral, e para a sua atividade em particular, e na sensibilização para o cumprimento da legislação e das normas de conduta específicas.

Podemos chegar a este grupo-alvo através das respetivas associações e clubes, da documentação e emissão de licenciamento específico, e nos locais habitualmente frequentados por caçadores e pescadores como hotéis, bares, cafés, restaurantes e lojas de armas e de equipamento de caça e pesca.

População escolar

Para assegurar uma mudança substancial nas atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente, alterar hábitos adquiridos e aproximar os cidadãos da floresta, é fundamental atuar junto dos jovens ao longo do seu percurso escolar preparando as próximas gerações para os desafios do desenvolvimento sustentável, formando cidadãos mais ativos e responsáveis, dinamizando um processo de mudança na sua relação com a natureza e a floresta que se venha a refletir na sua valorização e correta utilização dos recursos existentes.

A sensibilização e formação dos alunos pode ter um efeito quase imediato porque estão recetivos a aprender novos conceitos e ideias e a transmitir para as suas famílias e comunidades as mensagens e valores que aprendem. As crianças e adolescentes são, assim, atores chave na criação de uma cultura de prevenção e defesa da floresta, constituindo um grupo fácil de abranger, porque estão nas escolas, onde a tarefa de transmitir a informação e promover a sua formação é facilitada.

Como os professores e educadores são o principal veículo de transmissão de informação aos alunos, é essencial disponibilizar-lhes materiais com os conteúdos adequados para trabalhar e abordar a temática das florestas e da conservação da natureza.



População urbana

Pretende-se alcançar a maioria da população portuguesa que habita em áreas urbanas e que tem pouca relação com as áreas rurais, sendo esta, sobretudo, de passagem ou atravessamento em viagem e deslocações ou como seus utentes temporários, nomeadamente nas férias e fins-de-semana.

Dentro deste público poderão ser distinguidos os utentes de parques recreativos, de áreas de piquenique e lazer e os ciclistas, pedestrianistas e montanhistas.

A comunicação dirigida a este grupo deve focar os aspetos ambientais e os valores naturais, culturais e paisagísticos, bem como as regras a observar na fruição dos espaços rurais e Áreas Protegidas e os condicionamentos legais de acesso, circulação e permanência quando se verifiquem níveis elevados de risco de incêndio. Deverá também ser divulgada a grande importância económica e social das florestas e a sua multifuncionalidade, a qual, muitas vezes desconhece

Estrutura de rescaldo e vigilância pós incêndio

Tendo em conta o crescente aumento do número de reacendimentos, torna-se fundamental criar uma abordagem específica na estrutura de combate focada na ampliação da técnica de rescaldo e de vigilância pós incêndio.

Neste âmbito, tem vindo a ser desenvolvida, em colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e a GNR, uma análise debruçada no elevado número de reacendimentos com o estabelecimento de ações focadas nos distritos com maior incidência de reacendimentos.

SLOGAN

4. Campanha de sensibilização | Slogan

Na medida em que a educação dos públicos-alvo é um fator chave para o sucesso das ações de sensibilização, o planeamento das ações a desenvolver deve ter em consideração que **a mudança de comportamentos por parte da população é um processo longo** e que requer acompanhamento de ações educativas. Para ter êxito, um plano de sensibilização deve ser contínuo e promover a repetição da mensagem ao longo de vários anos.

A permanência de um **slogan** consolidado e reconhecido, é considerada de extrema importância para a eficácia da passagem da mensagem. A exposição através dos media, nomeadamente através dos meios televisivos, é uma das formas mais eficazes de notoriedade das campanhas pela população, sendo significativamente aumentada quando conciliada com ações educativas e de fiscalização junto da público-alvo.

O *slogan*, “**Portugal sem fogos, depende de todos**” foi o *slogan* que permaneceu por mais tempo e que foi alvo duma divulgação mais mediática. Só assim foi possível que a campanha atingisse notoriedade a nível nacional, ainda que não tenha sido suficiente para que se verificasse uma notoriedade espontânea expressiva.

Tendo em conta que a passagem do slogan nos media não tem a frequência desejada e que a mensagem a transmitir é complexa, só a permanência de uma campanha/slogan durante alguns anos é que irá permitir atingir os níveis de

notoriedade e de compreensão pretendidos. Para além deste aspeto, tratando-se de um *slogan* que promove a mudança de comportamento, este tem de ser de **leitura e compreensão imediata** por todos.

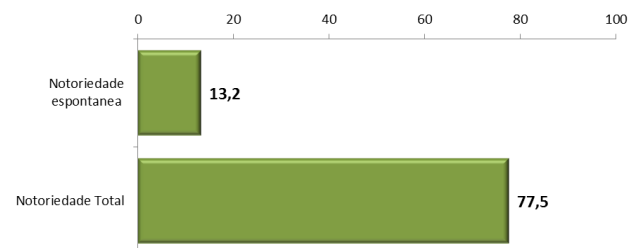
São vários os *slogans* e imagens que perduram no tempo e com sucesso reconhecido:

- **Smokey Bear** associado ao slogan “**Only You Can Prevent Wildfires**” criado pelos serviços florestais americanos para sensibilização da população para os comportamentos de risco relacionados com os incêndios rurais. Foi criado em 1944 e perdura até aos dias de hoje.
- A campanha “**Se conduzir, não beba**” teve início na década de 80 e permanece atualmente nos spots publicitários nacionais e internacionais.

Deverá assim ser assumido um compromisso transversal entre as várias entidades com responsabilidades na matéria, para que a mensagem perdure e possa surtir efeito. Em 2019 foi assumido o compromisso da utilização do slogan “**Por si, por todos. Portugal Chama.**”.



Notoriedade da campanha "Portugal sem fogos depende de todos"



Ficha técnica – relatório SPIRITUC

Pergunta 7: Diga-me, por favor, tendo em conta os últimos seis meses, se se recorda de ter visto ou ouvido alguma campanha de sensibilização sobre os incêndios rurais?

Pergunta 9: Reconhece o slogan “Portugal sem fogos depende de todos”?

Tratamento estatístico: frequência **Tipo de resposta:** única

PRODUTOS e DIVULGAÇÃO

5. Produtos e Divulgação

Campanha Nacional de sensibilização

A elaboração da Campanha Nacional de Sensibilização ficou da responsabilidade da AGIF a qual assegura a coordenação entre as 3 entidades, ICNF, I.P., ANPC e GNR. Toda a campanha desenvolve-se sob o slogan “**Portugal Chama**”.

À semelhança da campanha de sensibilização desenvolvida em 2018, nesta campanha pretende-se passar uma mensagem de responsabilização individual, centrada na mudança de atitudes e na redução de comportamentos negligentes e de risco. Trata-se de uma campanha abrangente de âmbito nacional, contudo foca nas causas de incêndios rurais mais relevantes, quer em termos do número de ocorrências quer em termos de área ardida: **queimas, queimadas e uso de maquinaria**. É também uma campanha mobilizadora que tenta recentrar o discurso dos incêndios na ação e no envolvimento da população e responsabilizadora onde os cidadãos têm um papel principal.

Como suporte da campanha vão ser desenvolvidos vários spots TV e rádio, outdoors, material de sensibilização/informativo e um microsite onde se disponibiliza um conjunto de informação esclarecedora e selecionada, focada na prevenção de incêndios.

Temas DFCI desenvolvidos da responsabilidade do ICNF

- Tema 1 - Queimas de amontoados e as queimadas extensivas (TV e rádio)
- Tema 2 - Uso de maquinaria no espaço rural (rádio)
- Tema 3 - Spot genérico direcionado para a população que visita o espaço rural durante o período de verão (TV e rádio)

Calendarização em suporte TV (dias/mês)

Inclui 2 passagens por dia (8h00 e 20h00)

Total de passagens - 246

	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total dias
Tema 1	8	8					5	10			31
Tema 3					5	5					10
N.º de dias por canal (RTP1, SIC e TVI). Inclui 2 passagens diárias.											41

Calendarização em suporte Rádio (dias/mês)

Inclui 3 passagens por dia (8h00, 12h30 e 20h00)

Total de passagens - 600

	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total dias
Tema 1	10	5					5	10			20
Tema 2					5	5					10
Tema 3						5	5	5			15
N.º de dias por rádio (R. Comercial, Renascença, RFM e TSF). Inclui 43 passagens diárias.											50

Calendarização em suporte Rádio regional (dias/mês)

Inclui 4 passagens por dia (8h00, 12h30, 16h00 e 20h00)

Total de passagens - 12800

	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total dias
Tema 1	20	20					20	20			80
Tema 2					20	20	20				60
Tema 3						20	20	20			60

N.º de dias por rádio (total 16 rádios regionais). Inclui 4 passagens diárias. 200

Produção de material de sensibilização

Para 2019 está prevista a produção dos seguintes materiais, cujas artes finais serão desenvolvidas pela AGIF sob o slogan “Portugal Chama”.

Folhetos

- Proteja a sua casa dos incêndios rurais - tiragem de 100.000.
- Medidas de prevenção e autoproteção - tiragem de 100.000.
- Faça uma Queima em segurança – tiragem de 100.000.
- Faça uma Queimada em segurança - tiragem de 40.000.
- Acesso, circulação e permanência—condicionamento no espaço rural - tiragem de 40.000.
- Maquinaria e equipamento—regras de defesa da floresta contra incêndios - tiragem de 40.000.
- Proteja e Use a sua floresta – tiragem de 40.000.
- Gestão Florestal e Defesa da Floresta contra Incêndios – tiragem de 40.000.

Cartaz

- Faça uma Queima em segurança – tiragem de 20.000.
- Faça uma Queima em segurança (v. inglês) –tiragem de 2.000.
- Faça uma Queimada em segurança – tiragem de 20.000.
- Proteja a sua casa dos incêndios rurais - tiragem de 20.000.
- Proteja a sua casa dos incêndios rurais (v. inglês) – tiragem de 2.000.
- Atenção ao uso do fogo - tiragem de 20.000.

Flyer A4

- Proteja a sua casa dos incêndios rurais - tiragem de 1.000.
- Proteja a sua casa dos incêndios rurais (v. inglês) - tiragem de 1.000.
- Proteja a sua casa dos incêndios rurais (v. francês) - tiragem de 1.000.
- Proteja a sua casa dos incêndios rurais (v. alemão) - tiragem de 1.000.

Distribuição de material

O sucesso da campanha depende em grande medida do empenho da GNR e das Câmaras Municipais, tendo em conta que têm uma grande interação com as populações locais. À semelhança de anos anteriores, poderão desenvolver parcerias com várias entidades tais como por exemplo, com juntas de freguesias, empresas/associações ligadas ao setor, REN, REFER, CTT Administrações Regionais de Saúde, Associação Nacional de Farmácias, entre outras, para afixação e distribuição do material produzido bem como passagem de frases de sensibilização em plataformas eletrónicas.

O material a produzir será distribuído tendo por base o número de freguesias, o número de ocorrências e a área ardida e a distribuição das principais causas de ignição de incêndio. Pretende-se ainda que o material seja ainda entregue sob às equipas de Sapadores Florestais, equipas CNAF e vigilantes da natureza para distribuição e afixação em locais públicos.

Outra via de distribuição serão os centros de interpretação e sedes das Áreas Protegidas, onde será distribuído um folheto específico para este público-alvo..

Atendendo ao público emigrantes será efetuada uma ação de distribuição de material de sensibilização em português, francês, inglês e alemão, em articulação com a Associação Magellan, junto da fronteira de Vilar Formoso.

Relativamente às comunidades estrangeiras residentes em Portugal, será enviado material de sensibilização para afixação nos concelhos e freguesias rurais com maior relevância a nível de residentes (região do Algarve e Parque Natural da Costa Vicentina e sudoeste Alentejano).

Todo o material será ainda afixado e/ou distribuído nas instalações do ICNF que se encontrem abertas ao público.

Mensagens dirigidas

No sentido de homogeneizar as diferentes mensagens de sensibilização a divulgar pelos diferentes canais, foi desenvolvido um documento devidamente esquematizado com dois tipos de mensagens: frases curtas e texto.

O documento de apoio, designado por mensagens_sensibilizacao.xls, encontra-se disponível para download no menu Área pública / Informação Pública, da aplicação [SGIF](#).

Frases curtas Mensagens curtas e precisas relacionadas com orientações e obrigações/proibições face aos incêndios rurais. Em cada uma destas frases está definido o público alvo, o período recomendado para divulgação da mensagem e o link para o folheto com o qual se relaciona.

Estas mensagens podem ser utilizadas individualmente ou agregadas consoante o público-alvo ou data de divulgação, de modo a que passem de um modo continuo nas televisões dos balcões de atendimento ao público (por exemplo em nota de rodapé), em dispositivos de apresentações nas sessões de esclarecimento, etc..

Texto Com base nas frases anteriores foram desenvolvidos textos de apoio e orientação para ações de sensibilização dirigidas (porta a porta, no final da homilia da missa, em sessões de esclarecimento, redes sociais, boletins informativos, etc.) e para o desenvolvimento de notas técnicas divulgada no portal e Facebook do ICNF, I.P.

Call center

Manter e reforçar a linha de apoio já existente, SOS Ambiente e Território da GNR número 808200520, de forma a evitar a desmultiplicação de números de telefone. A linha tem um custo de chamada local e funciona das 8h às 21h. Deverão ser desenvolvidos ações de formação à equipa de atendimento direcionada para as questões das queimas e queimadas.

Rádios locais e nacionais

Envio de mail a todas as rádios locais e nacionais, tendo em conta a proximidade junto dos cidadãos e enquanto órgãos de comunicação local, a solicitar colaboração, para divulgação de mensagens várias, nomeadamente, aplicação que permite efetuar pedidos de autorização de queimadas extensivas e queima de amontoados, número do call center.

Operadores florestais

Em momentos específicos serão enviados emails dirigidos aos operadores florestais, sobre os cuidados a ter na elaboração de uma queima em segurança e quais as condicionantes legais.

Associação de mensagens à assinatura de email

Ao associar uma frase de sensibilização à assinatura de correio eletrónico dos colaboradores do ICNF, toda a correspondência externa passa a funcionar como mais um veículo de transmissão. De igual modo, estas mensagens deverão ser estabelecidas de acordo com períodos específicos do ano.

Revisão da classificação das causas

Revisão do documento de classificação das causas de incêndios rurais, ajustado à legislação em vigor, tendo por base as atualizações da Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto. Este documento será elaborado em conjunto com a GNR.

Vídeos explicativos

Desenvolvimento de 8 vídeos com parâmetros técnicos que permitam a sua passagem na web e televisão. A duração aproximada será entre 2". Estes vídeos pretendem sensibilizar grupos específicos, exemplificando as boas práticas e procedimentos de atuação. Aos vídeos estão ainda associados 3 traduções para inglês e desenvolvimento de 50 GIF animados associados aos temas dos vídeos. Todos os vídeos terão 1 Qr code específico para difundir em diversos materiais de sensibilização.

Temas DFCI

1. FGC edificações (tradução ing.)
2. Como fazer uma queima em segurança (tradução ing.)
3. Como fazer uma queimada em segurança
4. Uso de maquinaria e equipamento agrícola e florestal
5. Aplicação queimas e queimadas (tradução ing.)
6. FGC indústria
7. Novas edificações
8. Reacendimentos

5.1 Plataformas de divulgação e aplicações

Existem vários sites e plataformas institucionais, em pleno funcionamento, que tem vindo a possibilitar a ampla divulgação de informação técnica e específica, relacionada com a Defesa da Floresta contra Incêndios.

+ Heat maps

Aplicação desenvolvida com fim à produção estatística em tempo real sob a forma de gráficos ou mapas, de acordo com a informação do SGIF.

+ Aplicação com a divulgação do risco de incêndio no site do ICNF

Aplicação desenvolvida para divulgação do índice de risco de incêndio com a associação das restrições inerentes a cada nível de risco no site do ICNF, câmaras municipais, juntas de freguesia e em écrans informativos nos balcões de atendimento ao público de várias instituições.

Plataformas e aplicações a desenvolver

Plataforma geográfica relacionada com causas

Será ainda desenvolvida uma plataforma geográfica com um conjunto de ações/produtos a desenvolver ou a distribuir por tipo de causa. Esta plataforma pretende auxiliar uma atuação a nível do concelho ou do distrito, de acordo com o seu padrão de causas mais frequentes associadas aos incêndios rurais.

Aplicação direcionada para a redução de risco de incêndio rural à volta do edifício

Elaboração de aplicação para avaliação do grau do risco associado ao edifício tendo em conta a vegetação envolvente e tipologia e materiais de construção.

Aplicação com informação dirigidas aos jornalistas

Desenvolvimento de aplicação dirigida para os jornalistas no sentido de fornecer informação atualizada sobre os acontecimentos associados a prevenção estrutural, bem como de uniformizar e clarificar os termos DFCI mais comuns.

Sites Institucionais

+ **Site ICNF** - Divulgação de material informativo e de sensibilização: folhetos, cartazes, flyers e documentação legislativa em vigor.

+ **Site da ANPC** - Divulgação da informação diária ao nível da atividade operacional referente aos incêndios rurais.

+ **Site da GNR** - Divulgação de material informativo e de sensibilização.

+ **Site do IPMA** - Divulgação da informação diária e previsão ao nível do índice de Risco de Incêndio.

Outras instituições

+ **EFFIS** - European Forest Fire Information System, plataforma europeia com informação diária dos perímetros de incêndios rurais

+ **Fogos.pt** - Plataforma de webservice com Registos retirados da página da Proteção Civil e atualizações de 10 em 10 minutos

+ **FireRisk** - Aplicação dedicada à comunicação do risco de incêndio florestal.

+ **CEASEFIRE** - Plataforma que analisa os índices meteorológicos por comparação com o histórico de 30 anos (Faculdade de ciências).

+ **Forest Fire Glossary** - Glossário DFCI desenvolvido em várias línguas pelo projeto europeu MEFISTO (Mediterranean Forest Fire Fighting Training Standardisation). O manual encontra-se ainda disponível sob a forma de aplicação móvel.

ORIENTAÇÕES AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

6. Orientações para ações de sensibilização

Seguidamente apresentam-se as linhas orientadoras para as principais ações a serem desenvolvidas no presente ano. As ações desenvolvidas pelo ICNF, IP., GNR e pelos Municípios deverão estar em consonância com estas orientações, e envolver sempre que possível, outras entidades que demonstrem interesse

Sempre que haja disponibilidade de material de sensibilização, o ICNF, IP, deverá proceder à sua distribuição para suporte das diferentes iniciativas. Estas ações poderão ser ainda desenvolvidas recurso à apresentação de candidaturas no âmbito do protocolo Trabalho Social pelas Florestas e outros apoios financeiros.

Ações a desenvolver junto de proprietários de edificações e de terrenos confinantes

	Ações a desenvolver	Mensagem	Entidades/Parcerias	Calendarização
▪ Aumentar a protecção das edificações e dos aglomerados populacionais	- Desenvolvimento de ações práticas de campo nas freguesias prioritárias, junto de proprietários de edificações e de terrenos confinantes. As ações de gestão de combustível e de proteção das edificações deverão ser concretizadas com casos reais. - Componente da Diretiva “Floresta Protegida” da GNR de ações de sensibilização porta-a-porta. - Ações de sensibilização porta-a-porta desenvolvidas pelas câmaras municipais (gabinetes técnicos florestais). <u>Incidir prioritariamente:</u> - zonas de interface urbano/rural confinantes com o espaço florestal; - Povoações/edificações inseridas em espaço florestal; - concelhos com registos de muita área ardida e elevado número de ignições	1 – Obrigatoriedade legal da gestão de combustíveis; 2 – Regras para a gestão da vegetação e dos combustíveis; 3 – Vantagens a nível de proteção de pessoas e bens; 3 – 10 passos para defender a sua casa; 4 – Consulta do período crítico e de níveis de risco de incêndio e restrições associadas;	ICNF (técnicos locais, vigilantes da natureza, CNAF), GNR, Sapadores Florestais, Câmaras Municipais (GTF's), OPF's, voluntariado local, etc.	- Janeiro a maio 1ª quinzena de agosto (regresso de emigrantes)

Ações a desenvolver nas freguesias rurais

Objetivo	Ações a desenvolver	Mensagem	Entidades/Parcerias	Calendarização
▪ Aumentar o conhecimento na identificação de situações de maior perigo de incêndio; ▪ Dar a conhecer as medidas de prevenção e de autoproteção; ▪ Divulgar as restrições e condicionamentos vigentes durante os períodos de risco elevado de incêndio florestal	▪ Desenvolvimento de ações com demonstrações práticas, junto da população rural e visitantes. Deverão ser feitos simulacros de autoproteção e simulações de medidas preventivas para a população que resida ou trabalhe no meio rural. ▪ Estabelecimento de sinalética de âmbito nacional a usar como ponto de refúgio para incêndios rurais. ▪ Distribuição dos folhetos direcionados para a autoproteção em caso de incêndio rural. <u>Incidir prioritariamente:</u> ▪ zonas rurais e de interface urbano/florestal inseridas em zonas de maior perigosidade.	1 – reconhecimento de locais a evitar em caso de incêndio ou de risco alto. 2 – identificação de locais de refúgio e vias de fuga na localidade. 3 - medidas de atuação em caso de incêndio (em casa, no campo ou na estrada). 4 - consulta diária do Risco de Incêndio, em particular para os dias mais quentes, bem como estar atento aos alertas da comunicação social; 5 - alerta para os comportamentos de risco face aos incêndios rurais.	ANPC e GNR ICNF (vigilantes da natureza, CNAF), GTF, serviços municipais de proteção civil e juntas de freguesia.	▪ Fora do Período Crítico numa altura que reúna o maior número de cidadãos (a avaliar localmente). ▪ Dentro do período crítico estabelecer contactos regulares por via da junta de freguesia.

Ações a desenvolver junto de proprietários florestais, agricultores e prestadores de serviços

Objetivo	Ação desenvolvida	Mensagem	Entidades/Parcerias	Calendarização
▪ Contribuir para a mudança de atitudes e redução dos comportamentos de risco e do número de ignições.	▪ Realização de sessões de esclarecimento ou de abordagem direta aos proprietários e produtores florestais, agricultores e prestadores de serviços, com distribuição dos folhetos: “Queimas e queimadas”, “Maquinaria e equipamento” e “Circulação e acesso” e do flyer “maquinaria e equipamento” . ▪ Realização de ações em sala, festas, feiras, eventos, cafés e outros espaços frequentados por este público. ▪ As sessões poderão incluir demonstrações de campo. <u>Incidir prioritariamente:</u> ▪ zonas próximas de Matas Nacionais, Perímetros Florestais e Áreas Protegidas; ▪ zonas onde as ignições causadas por este público-alvo são recorrentes e de maior risco.	1 – Regras e boas práticas na realização de queimas e queimadas, uso de maquinaria e equipamentos e condicionamento de circulação e acesso; 2 – Existência do período crítico e de níveis de risco de incêndio muito elevado e máximo, fora do período crítico.	ICNF (recurso a técnicos locais, vigilantes da natureza, CNAF). <u>Parcerias:</u> Sapadores Florestais; GNR; Câmaras Municipais (GTF's), OPF's.	▪ Janeiro a maio e outubro a dezembro

Ações a desenvolver junto de pastores e criadores de gado

Objetivo	Ações a desenvolver	Mensagem	Entidades/Parcerias	Calendarização
▪ Contribuir para a redução dos comportamentos de risco e cumprimento das normas legais na realização de queimadas para renovação de pastagens	▪ Com recurso a técnicos e entidades locais deverá ser efetuado um levantamento das principais áreas de pastoreio. Nestes locais, de acordo com as prioridades de renovação das pastagens e o Plano Nacional de Fogo Controlado, deverão ser promovidas ações de fogo controlado; ▪ Sensibilização direta e individual dos pastores e criadores de gado com fornecimento e afixação em locais públicos materiais informativos (folheto e cartaz “Faça uma queimada em segurança” dirigido aos pastores) . ▪ Disponibilização de material informativo nos balcões de atendimento aos agricultores e proprietários florestais (serviços regionais e locais do MAFDR, nomeadamente salas do parcelário). <u>Incidir prioritariamente:</u> ▪ zonas envolventes às Matas Nacionais, Perímetros Florestais e Áreas Protegidas; ▪ zonas onde as ocorrências com origem nas queimadas dos pastores são recorrentes e provocam maiores danos.	1 – Obrigatoriedade legal de licenciamento na Câmara Municipal (coimas e classificação como uso de fogo intencional); 2 – Boas práticas na realização de uma queimada; 3 – Existência do período crítico e de níveis de risco de incêndio muito elevado e máximo, fora do período crítico; 4 – Levantamento de áreas para planeamento de ações de fogo controlado.	ICNF (técnicos locais, vigilantes da natureza, CNAF), ANPC (FEB), GNR (GIPS), Sapadores Florestais, Câmaras Municipais (GTF's). <u>Parcerias:</u> OPF's e CIM Caso a caso, será de privilegiar pessoas/entidades com maior nível de proximidade aos pastores, para transmissão da mensagem.	Março a maio e outubro

Braga (Vieira do Minho); **Bragança** (Torre de Moncorvo, Mogadouro, Vinhais); **Guarda** (Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Sabugal, Vila Nova de Foz Coa, Meda, Trancoso, Celorico da Beira, Guarda e Almeida); **Viana do Castelo** (Valença, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Ponte da Barca); **Vila Real** (Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Boticas, Chaves); **Viseu** (Cinfães, Castro Daire, Lamego, Resende, São João da Pesqueira, Vila Nova de Paiva).

Ações a desenvolver junto da população escolar

Objetivo	Ações a desenvolver	Mensagem	Entidades/Parcerias	Calendarização
▪ Sensibilizar para o valor ambiental, social e económico da floresta; ▪ Contribuir para a melhoria da relação dos cidadãos com a floresta; ▪ Contribuir para a mudança de atitudes e redução dos comportamentos de risco.	▪ Ações de informação, divulgação e sensibilização nas escolas através do planeamento de sessões temáticas com apresentações orais, ações com grupos de animação, concursos, etc.. ▪ Integração da componente da Diretiva “Floresta Protegida” da GNR de ações de sensibilização junto das escolas. ▪ Organização de visitas de estudo a áreas florestais e protegidas com ações demonstrativas e interpretativas e realização de experiências e trabalhos de campo, etc. ▪ Divulgação de conteúdos informativos específicos para divulgação em Áreas Protegidas e sua distribuição. <u>Incidir prioritariamente:</u> ▪ zonas de interface urbano/rural e próximas das Matas Nacionais, Perímetros Florestais e Áreas Classificadas; ▪ concelhos com registos de muita área ardida.	1 – Funções e valor da floresta e áreas classificadas e importância da sua proteção e conservação; 2 – Funcionamento e gestão dos ecossistemas florestais e áreas classificadas; 3 – Regras na visitação de áreas florestais e classificadas; 4 – Boas práticas e comportamentos de risco; 5 – Divulgação das condicionantes durante o período crítico ou quando o nível de risco de incêndio é muito elevado; 6 – Preparação de uma exposição itinerante sobre cuidados a ter na proteção de edificado.	Ministério da Educação; ICNF (técnicos locais e vigilantes da natureza) e GNR; <u>Parcerias:</u> Escolas, Câmaras Municipais (GTF's), OPF's.	▪ Período letivo.

Ações a desenvolver junto da população urbana

Objetivo	Ações a desenvolver	Mensagem	Entidades/Parcerias	Calendarização
▪ Contribuir para a mudança de atitudes e redução do número de ignições; ▪ Divulgar regras e boas práticas na travessia, visitação e utilização das áreas florestais e protegidas; ▪ Divulgar as restrições e condicionamentos vigentes durante os períodos de risco elevado de incêndio florestal	▪ Ações individuais de sensibilização dos condutores que atravessam as áreas florestais e protegidas. ▪ Ações individuais de sensibilização dos utentes e visitantes das Matas Nacionais, Perímetros Florestais e Áreas Protegidas . ▪ Ações individuais de sensibilização dos visitantes em áreas protegidas com elevada procura do público. ▪ Distribuição dos folhetos “Circulação e acesso” e “Proteja e usufrua da sua Floresta”, “Proteja a sua casa dos incêndios rurais” e “Proteja a sua indústria dos incêndios rurais”. ▪ Disponibilização de conteúdos informativos no sítio da internet. ▪ Fornecimento de conteúdos informativos para divulgação noutros sítios. <u>Incidir prioritariamente:</u> ▪ zonas próximas de Matas Nacionais, Perímetros Florestais e Áreas Protegidas do litoral.	1 – Regras de conduta e uso do fogo em espaços florestais e agrícolas, especialmente na realização de piqueniques e em acampamentos. 2 – Obrigações decorrentes da legislação de defesa da floresta contra incêndios. 3 – Existência do período crítico e de níveis de risco de incêndio muito elevado e máximo, fora do período crítico. 4 – Condicionamento da circulação e acesso. 5 – Manutenção da envolvente aos polígonos industriais e indústrias.	PSP e GNR; ICNF, GTF, serviços municipais de proteção civil, bombeiros e juntas de freguesia. <u>Parcerias:</u> Exército e Escuteiros.	▪ Janeiro a março; ▪ Junho a setembro

